



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental

MEMÓRIA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CONASQ

Data: 01 de agosto de 2025
Local: Microsoft Teams
Coordenação da Reunião: Adalberto Maluf (MMA)
Relatoria: Daniele Procópio (MMA)

1. Abertura e aprovação da pauta:

O Sr. Adalberto Maluf (MMA), coordenador da Conasq, abriu a reunião, dando boas-vindas a todos. Informou que a reunião seria gravada para auxiliar na escrita da memória.

O Coordenador da Conasq explicou que foi necessário marcar a reunião extraordinária para aprovar os produtos do GTT Substâncias Químicas em Plásticos, visto que, já na semana seguinte, ocorreria o [INC 5.2](#).

Em seguida, passou-se à aprovação da pauta. No convite, encaminhado aos membros da Conasq no dia 15 de julho, havia sido comunicado que único objetivo da 2ª Reunião Extraordinária seria discutir e aprovar os produtos elaborados no âmbito do GT-Substâncias Químicas em Plásticos. No entanto, foram acrescentados na pauta dois informes: um sobre o Decreto regulamentador da Lei 15.022/2024 e outro sobre a Admissibilidade da proposta de resolução Conama - RoHS.

Não havendo objeções, a pauta ficou aprovada.

2. Discussão e aprovação dos produtos do GTT Substâncias Químicas em Plásticos

Foi dada a palavra à Diretora de Qualidade Ambiental do MMA, Thaianne Resende, para fazer a contextualização do tema.

2.1 Atividades do GTT Substâncias Químicas em Plásticos

O GTT Substâncias químicas em Plásticos foi composto por 20 instituições, contando com a participação da Receita Federal Brasileira (RFB), na qualidade de convidada. O grupo realizou três reuniões ordinárias:

1ª reunião	30/05/2025
2ª reunião	30/06/2025
3ª reunião	30/07/2025

Quanto à metodologia de trabalho, foram criados três subgrupos, responsáveis pelo desenvolvimento dos produtos previstos no Termo de Referência do GTT.

O subgrupo 1, coordenado pela SBQ, tinha como objetivo dar continuidade ao levantamento das regulações vigentes sobre substâncias químicas em plásticos, adicionando as portarias do INMETRO ao levantamento já compilado com as normas da ANVISA no mandato anterior do GTT.

O subgrupo 2, coordenado pelo MMA, deveria conduzir um estudo de potencial correlação parcial ou completa entre a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) e o número CAS, com enfoque nas substâncias químicas contidas em plásticos. O trabalho desenvolvido contou com a colaboração direta da Receita Federal, representada pela Sra. Cláudia Helena Navarro, servidora da Divisão de Nomenclatura e Classificação Fiscal da Coordenação-Geral de Tributação.

Por fim, o subgrupo 3, coordenado pelo Ibama, tinha como objetivo fazer o levantamento de informações para alimentar o fluxograma decidido no mandato anterior do GTT.

A Diretora de Qualidade Ambiental agradeceu aos coordenadores dos subgrupos pelo trabalho realizado.

Por fim, a *Diretora de Qualidade Ambiental* explicou que os produtos desenvolvidos no âmbito do GTT serviriam como subsídios técnico para auxiliar o Ministério das Relações Exteriores nas negociações do INC 5.2.

2. 2 Produto do Subgrupo 1

Foi dada a palavra ao *representante da SBQ e coordenador do subgrupo 1, Walter Waldman*, para fazer apresentar o produto desenvolvido.

O *representante da SBQ* projetou a planilha com a listagem de 579 substâncias, a qual estruturava-se em 5 colunas da seguinte forma:

CAS	Nome IUPAC	Nome PubChem	Listas	Regulações
-----	------------	--------------	--------	------------

A coluna referente ao CAS apresentava a identificação básica da substância. As colunas com os nomes indicavam a nomenclatura em inglês das substâncias listadas. A coluna 'Listas' informava se a substância estava regulamentada por portaria do Inmetro ou por resolução da Anvisa. Por fim, a coluna 'Regulamentações' foi preenchida com a norma específica que estabelece dispositivos para o controle da substância em questão.

Atendendo a uma solicitação do Ministério das Relações Exteriores, foi elaborada uma segunda planilha – ampliada – para incluir informações sobre os usos das substâncias com base no banco de dados do [PubChem](#). Nesta segunda planilha é possível utilizar filtros para acessar informações sobre a toxicidade e verificar se outros países já possuem alguma regulamentação para as substâncias listadas.

Por fim, foi elaborada uma terceira planilha, com informações adicionais de natureza química, toxicológica e comercial sobre as substâncias, conforme banco de dados extraído do [PlastChem](#).

O *coordenador da Conasq* agradeceu o trabalho desenvolvido. Comentou que o Brasil precisava entender sobre os aditivos químicos aprovados no país para uso em plásticos. Reforçou

que o material auxiliaria nas negociações e fortaleceria a indústria ao deixar claro as substâncias utilizadas pelo setor.

O representante do MRE, João Paulo Vieira, agradeceu o trabalho desenvolvido. Reforçou que a lista seria útil durante as negociações do INC 5.2 e destacou que o documento é um ganho para a delegação e para o governo, com um aumento no nível de informações sobre as substâncias utilizadas no Brasil.

O representante da ACPO, Jeffer Castello Branco, questionou se todas as substâncias listadas estariam presente em algum plástico.

O representante da SBQ, Walter Waldman, elucidou que não. Explicou que as substâncias listadas foram, em algum momento, objeto de regulamentação, mas que alguns de seus usos podem ter se tornado obsoletos ao longo do tempo.

2. 2 Produto do Subgrupo 2

O relato seria feito pela Sra. Claudia Helena Navarro, representante da Receita Federal e responsável pela elaboração do produto do subgrupo 2. No entanto, diante de sua ausência, foi dada a palavra à Diretora de Qualidade Ambiental.

A Diretora explicou que sempre houve uma dificuldade grande de relacionar o número CAS com a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM). Durante as reuniões do GTT, o MDIC indicou que a competência para classificar as NCMs seria da Receita Federal, a qual foi convidada a participar das reuniões.

Assim, a representante da Receita Federal elaborou uma tabela concisa, contendo a correlação entre o CAS e a NCM para algumas substâncias previamente selecionadas pelo MMA.

2. 3 Produto do Subgrupo 3

Foi dada a palavra ao representante do Ibama e coordenador do subgrupo 3, Carlos Tonelli, para fazer apresentar o produto desenvolvido.

Carlos Tonelli reforçou que o objetivo de grupo era propor um detalhamento para o fluxograma (Anexo II) elaborado e aprovado no mandato anterior do GTT Substâncias Químicas em Plásticos, para preencher as lacunas já anteriormente identificadas. O fluxograma foi apresentado no [INC 5.1](#) em forma de texto.

O fluxograma é uma proposta de como as substâncias químicas poderiam ser tratadas no acordo de plásticos, seguindo uma lógica semelhante a que já é utilizada em outros fóruns, tais como a Convenção de Roterdã e a Convenção de Estocolmo. O fluxograma parte do princípio da necessidade da existência de um comitê técnico para internalizar sugestões e indicar substâncias a serem avaliadas e propor medidas de gerenciamento vinculadas ao uso.

A proposta elaborada anteriormente traz três anexos: (1) Anexo A, que trata das propriedades intrínsecas da molécula, (2) Anexo B, que contém dados sobre a avaliação de risco; e (3) anexo C, que versa sobre a gestão do risco.

As lacunas levantadas pelo subgrupo 3 estavam relacionadas à definição de obrigatoriedade dos itens listados nos anexos: tratamento diferenciado para países desenvolvidos e em desenvolvimento, definição de gatilho do Anexo A e desenvolvimento da metodologia de avaliação de risco.

No que se refere às lacunas de obrigatoriedade de prestação de informações, o subgrupo entendeu ser possível avançar apenas em relação ao Anexo A, que trata de dados mais objetivos em relação aos demais anexos.

Assim, o subgrupo considerou que, entre os nove critérios listados, as propriedades químicas, a estrutura molecular e a previsão de alerta em acordo ou convenção internacional configurariam informações acessórias, não essenciais nem suficientes para que o Comitê pudesse internalizar uma proposta e dar prosseguimento à análise prevista no fluxograma

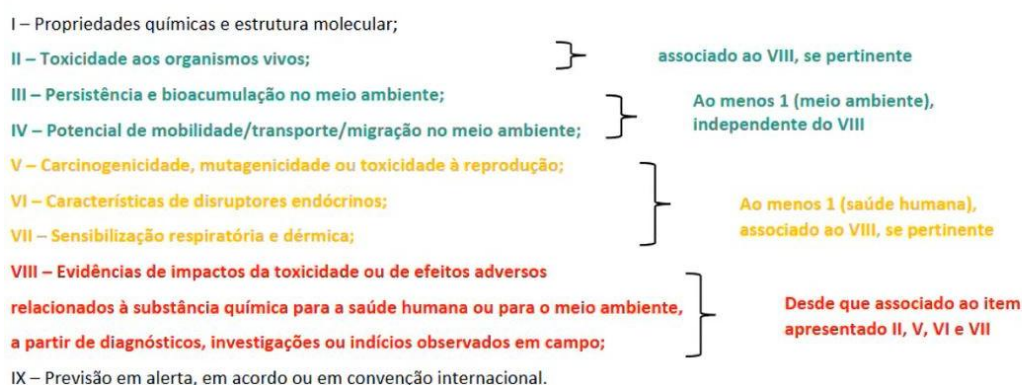
Em contrapartida o subgrupo entendeu que as seguintes informações seriam importantes: (1) toxicidade aos organismos vivos; (2) persistência e bioacumulação no meio ambiente; (3) potencial de mobilidade/transporte/migração no meio ambiente; (4) carcinogenicidade, mutagenicidade ou toxicidade a reprodução; (5) caracterização de disruptores endócrinos; e (6) sensibilização respiratória e dérmica. Além disso, evidências de impactos da toxicidade ou de efeitos adversos relacionados às substâncias químicas para a saúde humana ou para o meio ambiente, a partir de diagnósticos, investigações ou indícios observados em campo também seriam importantes, desde que associados às informações (1), (4), (5) e (6).

A necessidade de associações dessas informações com as evidências surgiu pois o GT identificou a importância de que, a partir de dados advindos de um monitoramento, fosse possível levantar uma linha de investigação sobre o potencial impacto de uma certa substância à saúde ou ao meio ambiente. Ao mesmo tempo, o subgrupo concluiu que a mera observação dessas evidências não seria o suficiente para submeter uma proposta ao Comitê.

Com isso, o subgrupo concluiu que persistência e bioacumulação no meio ambiente, potencial de mobilidade/transporte/migração no meio ambiente ou os dados relacionados às evidências, desde que devidamente associados às demais informações, seriam as informações consideradas suficientes para submissão de proposta ao Comitê.

Em resumo, o grupo construiu o seguinte esquema, indicando quais informações seriam necessárias e as condições a serem atendidas para consideração de cada uma delas:

Anexo A



Sobre a existência de mecanismos nacionais de avaliação de risco, *Carlos Tonelli* esclareceu que o fluxograma prevê a consulta aos países quanto às análises já realizadas em seus territórios. Destacou que, após essas consultas, o Comitê poderia propor medidas de gerenciamento de risco em âmbito global, preservando-se, contudo, a soberania de cada país para adotá-las ou não. Ressaltou, por fim, que o consenso é princípio defendido pelo Brasil nos fóruns de negociação internacionais.

Seguindo para os gatilhos, o grupo considerou o uso de metodologias já reconhecidas internacionalmente, com utilização da metodologia GHS, aplicação de critérios de triagem – *screening* – do Anexo D da convenção de Estocolmo ou de dados reconhecidos por instituições internacionais.

Sobre a metodologia de avaliação de risco em si, foi entendido que o subgrupo não teria as condições, tempo hábil ou os elementos para desenvolver uma metodologia de avaliação de risco em âmbito global. Seria possível opinar sobre a metodologia que o futuro comitê venha a desenvolver.

Por fim, *Carlos Tonelli* sinalizou que a Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUM) e a Associação Brasileira da Indústria do Plástico (ABIPLAST) manifestaram ressalva sobre o racional do fluxograma e, consequentemente, sobre o produto do subgrupo 3 na última reunião do GTT Substâncias Químicas em Plásticos.

O *coordenador da Conasq* informou que o MMA recebeu ofício da Abiquim contendo alguns comentários e questionamentos em relação ao fluxograma.

A *representante da Abiquim, Camila Hubner*, destacou que a associação fez uma avaliação aprofundada no ofício encaminhado ao MMA. A posição da Associação tem como base o racional adotado no processo de formulação da Lei. Disse que os dados solicitados nos Anexos A, B e C da proposta solicitam dados referentes ao perfil de risco das substâncias – conceito diferente da avaliação de risco. No ciclo completo da avaliação de risco considera-se não somente o risco e a exposição, mas, também, os cenários reais de exposição, a caracterização de dose-resposta. Estabelece-se, ainda, cenários aceitáveis de risco. A ausência desse processo por completo não conversa com o que está sendo discutido na implementação da Lei 15.022/2024. Por fim, falou que a posição da Abiquim é que a avaliação das substâncias químicas em aplicações plásticas seja direcionada para as legislações nacionais.

O *representante da ACPO, Jeffer Castello Branco*, pontuou que sentiu, na proposta apresentada, falta de parâmetros relativos à bioacumulação em tecido humano. Sobre a questão de vincular a avaliação ao uso, comentou sobre os casos em que as substâncias perigosas podem ser contaminantes fruto de processos industriais. Essa situação deveria ser incluída no documento.

Carlos Tonelli agradeceu às contribuições e disse que, se essa questão avançar no âmbito do INC, essas questões seriam consideradas no futuro.

A *representante do MDIC, Ana Caroline Bellucci*, questionou se haveria votação dos produtos. Comentou que o produto é uma sugestão do subgrupo, mas não uma posição oficial de governo para negociação. Pediu para que o produto não fosse apresentado como proposta negociadora no INC, mas utilizado como subsídio para o Itamaraty durante as negociações.

O *Coordenador da Conasq* informou que o objetivo não era fazer votação. Como comentado, a intenção do GTT era criar subsídios e encaminhá-los ao MRE, juntamente com as ressalvas feitas pelas instituições. A posição interna do MRE será tomada pelo próprio órgão, após ouvir os atores envolvidos.

3. Informes:

3.1 Aprovação da admissibilidade da proposta de resolução Conama – RoHS 31/07/2025

O *coordenador da Conasq* projetou um fluxograma com as etapas da tramitação da minuta de resolução RoHS dentro do Conama (Anexo II).

A minuta de resolução foi admitida no Conselho no dia anterior, 31 de julho, e agora tramitará na Câmara Técnica de Qualidade Ambiental (CTQA).

3.2 Decreto regulamentador da Lei 15.022/2024

O *Coordenador da Conasq* recordou que o decreto foi elaborado ao longo de 10 reuniões do GT Regulação de Substâncias Químicas. Havia sido decidido a abertura de uma consulta pública. O MMA lançou a consulta pública, mas sem observar os procedimentos da Portaria CC/PR n. 703, de 29 de maio de 2024, que estabelece a necessidade de anuência prévia dos Ministérios afetos.

Por isso, a consulta pública foi retirada do ar. A minuta de Decreto foi encaminhada aos Ministérios afetos – Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Até a data da reunião falta a anuência de um Ministério.

Paralelamente, o MMA recebeu considerações de outros atores envolvidos na construção do Decreto, questionando a real necessidade de abrir uma consulta pública e sinalizando o prazo estabelecido para a publicação do Decreto.

Dada a impossibilidade de abrir a consulta pública, a Coordenação da Conasq optou por elaborar um formulário para receber eventuais contribuições dos membros da Comissão e dos seus pares para, então, consolidar os comentários no texto.

O formulário seria encaminhado aos membros da Conasq até o final do dia.

A *representante do MDIC, Ana Caroline Bellucci*, questionou se o formulário poderia ser encaminhado para instituições sem assento na Comissão.

O *Coordenador da Conasq* respondeu que sim. Explicou que o objetivo é ouvir a sociedade e receber contribuições para aprimorar o Decreto.

A *Diretora de Qualidade Ambiental* explicou que um mecanismo semelhante ao aplicado nos grupos de trabalho, com recebimento e compilação das contribuições pelo MMA.

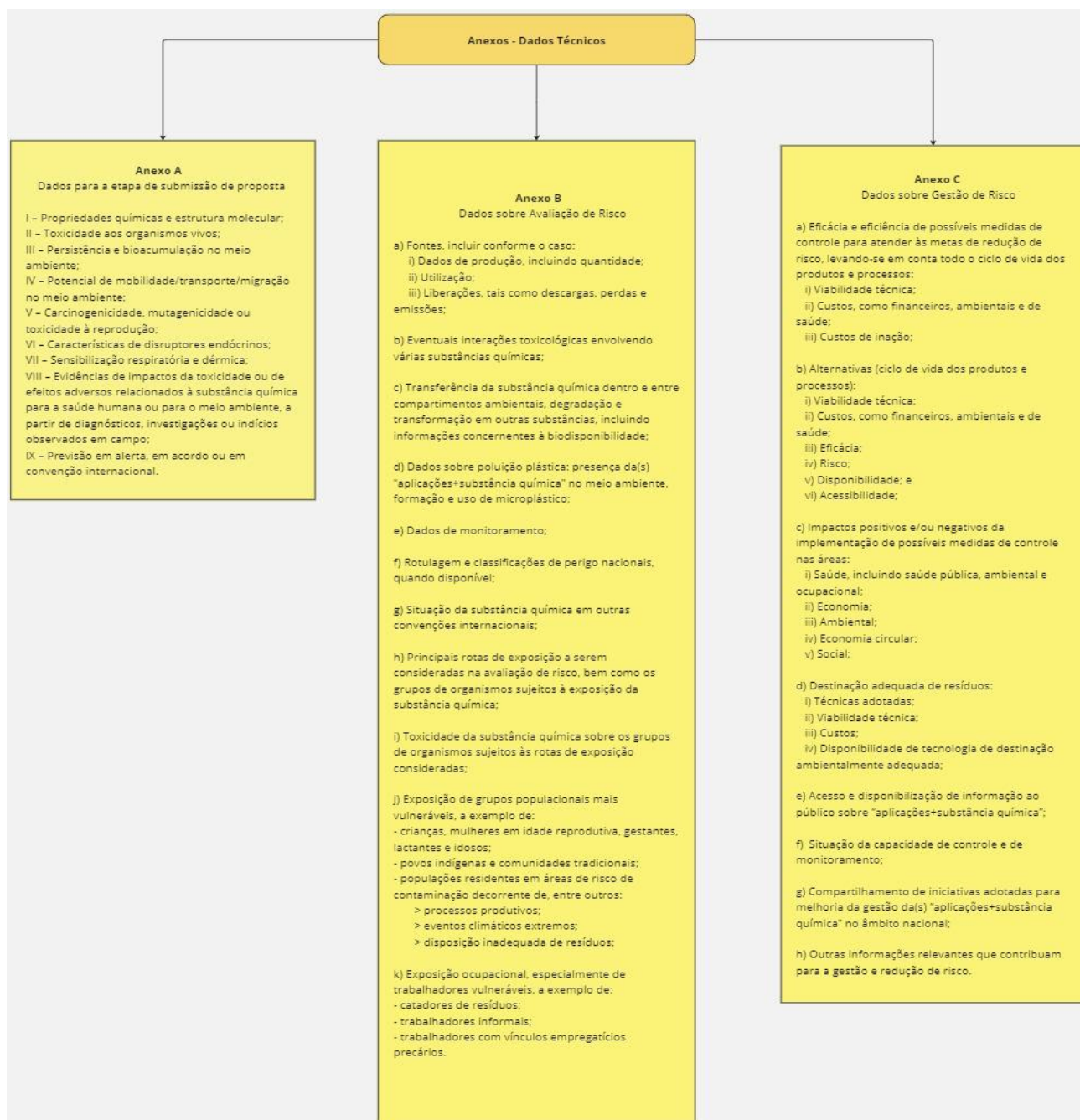
Em não havendo nenhuma outra questão a tratar, a reunião foi encerrada.

4. Resumo dos Encaminhamentos:

- 1) A Secretaria Executiva da Conasq encaminhará os produtos do GTT e as ressalvas feitas para o MRE;
- 2) A Secretaria Executiva da Conasq encaminhará o formulário para envio de contribuições referentes ao decreto regulamentador da Lei 15.022/2024;

ANEXO I

FLUXOGRAMA ELABORADO NO 1º MANDATO DO GTT SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS EM PLÁSTICOS



211
212
213

ANEXO II

FLUXOGRAMA DE PRAZOS DA MINUTA DA RoHS BRASILEIRA

